

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI N° 4316/1994

Ementa

AUTORIZA INCENTIVO FISCAL PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO.

Data da Norma Data de Publicação Veículo de Publicação

07/03/1994 11/03/1994 Imprensa Oficial do Município-

Matéria Legislativa

Projeto de Lei nº 6131/1993 - Autoria: Mauro Marcial Menuchi

Status de Vigência

Revogada

Observações

Retificação: IOM 15/03/1994.

Veto total rejeitado.

Descritores: FINANÇAS - incentivo fiscal;

TRABALHO.

Autor: MAURO MARCIAL MENUCHI

Histórico de Alterações

Data da Norma Relacionada Efeito da Norma Relacionada

14/09/2004 <u>Lei n° 6413/2004</u> Revogada por



Câmara Municipal de Jundiai São Peulo



GABINETE DO PRESIDENTE (proc. 15.213)

LEI Nº 4.316, DE 07 DE MARÇO DE 1994

Autoriza incentivo fiscal para apoio à realização de projetos de geração de postos de trabalho.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUN-DIAÍ, Estado de São Paulo, conforme a rejeição de veto total pelo Plenário em 1º de março de 1994, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado incentivo fiscal em benefício do apoio à realização de projetos de geração de postos de trabalho, a ser concedido a pessoas jurídicas contribuintes do Município.

§ 1º 0 incentivo fiscal referido no "caput" corresponderá à emissão de Certificados de Enquadramento para projetos de geração de postos de trabalho apresentados por Produtores à Prefeitura Municipal, capacitando-os a receber recursos de contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN, abatíveis, até o limite de quaren ta por cento, dos pagamentos referentes a esses tributos de responsabilida de dos mesmos contribuintes.

§ 2º A lei orçamentária fixará, anualmente, os montantes mínimo e máximo, calculados com base na receita dos referidos tributos, a serem adotados para a concessão do incentivo fiscal de que trata esta lei.

§ 32 0 montante referido no parágrafo anterior não deverá ser inferior a vinte por cento, para que sejam atingidos os objetivos pretendidos por esta lei.

§ 4º Os recursos incentivados, gerados por esta lei, destinar-se-ão somente ao pagamento de mão-de-obra e respectivos encargos sociais. Os demais recursos necessários à implantação do projeto serão buscados, pelos Produtores, junto à iniciativa privada ou em parceria com o Poder Público (federal, estadual ou municipal).

§ 5º São consideradas Produtores as pessoas jurídicas, tais como:

I - comites de ação da cidadania;

⊕ SG SG

.



Câmara Municipal de Jundiaí São Paulo



GABINETE DO PRESIDENTE

(Lei n9 4.316 - fls. 02)

II - sindicates;

III - associações de moradores;

IV - igrejas;

V - outras entidades sem fins lucrativos.

§ 6º Os produtores não constituídos como pessoa jurídica poderão associar-se a outros que atendam essa exigência, para fins de recebimento dos recursos incentivados.

Art. 29 São abrangidas por esta lei as se

guintes āreas:

I - agricultura e abastecimento;

II - saneamento básico;

III - saude;

IV - habitação popular;

V - educação;

VI - coleta seletiva de lixo;

VII - limpeza e conservação de vias e 10-

gradouros públicos;

VIII - obras e serviços de contenção de

encostas;

IX - pavimentação e drenagem;

X - outras atividades com inquestionável

utilização intensiva de mão-de-obra na ârea social.

Art. 3º Será criada Comissão Especial para Geração de Postos de Trabalho, ligada ao Gabinete do Prefeito, formada paritariamente por representantes das entidades da socidade civil e do Executivo Municipal, a serem enumeradas pelo decreto regulamentador desta lei, a qual ficarã incumbida do exame das propostas de enquadramento dos projetos de geração de postos de trabalho apresentados.

§ 1º A Comissão Especial analisarã o enquadramento do projeto nas áreas referidas nesta lei e o respectivo aspecto orçamentário, definindo ainda as prioridades.

§ 2º A Comissão fixará o limite máximo a ser concedido por projeto individualmente.

By SG

*



Câmara Municipal de Jundiaí São Paulo



GABINETE DO PRESIDENTE

(Lei n^2 4.316 - fis. 03)

§ 3º Os membros da Comissão terão mandato de um ano, podendo ser reconduzidos, e a eles não será permitida a apresentação de projetos durante o período de seu mandato, prevalecendo essa vedação até um ano apos seu término.

§ 4º A Comissão Especial para Geração de Postos de Trabalho terá caráter consultivo e deliberativo e será apoiada, em sua atuação, por Comites Setoriais constituídos na forma a ser definida na regulamentação desta lei, garantindo-se a participação das entidades representativas da sociedade civil.

§ 5º A Prefeitura está autorizada a instalar Gabinetes Técnicos Regionais para assessorar os Produtores na concepção, elaboração e implementação dos projetos de geração de postos de trabalho.

§ 6º Junto à Comissão funcionará uma equi pe de auditores públicos, que se incumbirá da fiscalização permanente da procedência dos feitos administrativos, financeiros e contábeis que consubstanciarem os processos submetidos à Comissão.

Art. 42 Para gozar dos benefícios previstos nesta lei, os projetos deverão ser apresentados à Comissão Especial para Geração de Postos de Trabalho, explicitando-se os objetivos, os resultados esperados e os recursos humanos e financeiros envolvidos, para fins de emissão do Certificado de Enquadramento e posterior fiscalização.

Art. 59 Os Certificados de Enquadramento, para efeito de captação de recursos, terão a validade de um ano, contado da data de sua expedição, sendo os valores deles constantes expressos em Unidades de Valor Fiscal do Município-UFM's.

Parágrafo único. Os Certificados de Enqua dramento poderão ter sua validade renovada por igual período, a partir de solicitação do produtor de projeto de geração de postos de trabalho, ouvida a Comissão Especial.

Art. 6º As transferências feitas pelos contribuintes em favor dos projetos e dentro dos valores estabelecidos nos Certificados de Enquadramento poderão ser integralmente usadas como abatimento de até quarenta por cento dos valores do ISSQN.

am for

×



Câmara Municipal de Jundiai São Paulo



GABINETE DO PRESIDENTE

(Lei nº 4.316 - fls. 04)

§ 1º As transferências de que trata "caput" deverão ser previamente autorizadas pelo Prefeito com base em parecer elaborado pela Comissão, que emitirá as respectivas Autorizações de Transferência, de forma a garantir o controle financeiro indispensavel ao atendimento dos limites fixados anualmente pela lei orçamentária.

\$ 29 0 prazo para utilização do benefício por parte do contribuinte é de até sessenta días, contados da efetiva da transferência dos recursos, respeitado o exercício fiscal.

§ 3º Os projetos cujos períodos de duração 'perpassarem mais de um exercício fiscal serão automaticamente considerados prioritários nos respectivos exercícios.

Art. 7º Toda transferência e movimentação de recursos relativa ao projeto de geração de postos de trabalho serã feita através de conta bancária vinculada, aberta especialmente para esse fim.

Art. 89 Além das sanções penais cabíveis, será multado em dez vezes o valor incentivado o produtor de projeto de ge ração de postos de trabalho que não comprovar a correta aplicação desta lei, por dolo, com desvio dos objetivos ou dos recursos.

Art. 9º Os saldos finais das contas correntes vinculadas e o resultado financeiro das aplicações das sanções pecuniárias de que tratam, respectivamente, os arts. 7º e 8º, serão recolhi dos ao Tesouro Municipal e acrescentados ao orçamento anual.

Art. 10. 0 Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na da ta de sua publicação.

> CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em sete de

março de mil novecentos e noventa e quatro (07.03.1994).

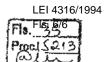
JORGE NASSIF HADDAD,

Presidente.

×

(when

SG





Câmara Municipal de Jundiai São Paulo

GABINETE DO PRESIDENTE

(Lei nº 4.316 - fls. 05)

Registrada e publicada na Secretaria da $C\bar{a}$ mara Municipal de Jundia \bar{i} , em sete de março de mil novecentos e noventa e quatro (07.03.1994).

Ollanfedi.
WILMA CAMILO MANFREDI.
Diretora Legislativa.

+

ms.

SG